



AJUFE

**— JULGAMENTO COM —
PERSPECTIVA DE GÊNERO**

UM GUIA PARA O DIREITO PREVIDENCIÁRIO

COORDENADORAS

Tani Maria Wurster

Clara da Mota Santos Pimenta Alves

Migalhas

JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO. UM GUIA PARA O DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Produção: Ariane Messias

Aurélio Faleiros Lopes

Editoração e capa: Poliana Silva

Julgamento com Perspectiva de Gênero. Um guia para o direito previdenciário. Tani Maria Wurster e Clara da Mota Santos Pimenta Alves (coord.). – Ribeirão Preto, SP: Migalhas, 2021.

160 p.

ISBN: 978-65-86708-13-4

1. Direito. I. Título

CDD 340

4101937



Editora Migalhas

Av. Presidente Castelo Branco, 600
Ribeirão Preto, SP - CEP: 14.091-413
Telefãx: (16) 3617.1344
www.migalhas.com.br
migalhas@migalhas.com.br

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Apresentação da obra | 11 |
| 1. Premissas teóricas e conceituais: dos estereótipos ao julgamento com perspectiva de gênero | 15 |
| 2. Panorama sobre gênero e raça no poder judiciário brasileiro | 23 |
| 3. Por que julgar com perspectiva de gênero e viés interseccional? .. | 27 |
| 3.1. Breves notas sobre o cenário normativo de igualdade de gênero | 27 |
| 3.2. Raízes e consequências da desigualdade de gênero | 33 |
| 3.3. Os reflexos dos estereótipos de gênero no Direito e caminhos para sua superação pelo Poder Judiciário | 39 |
| 4. Como julgar com perspectiva de gênero? | 49 |
| 4.1. Reconhecimento da (des)igualdade de gênero | 50 |
| 4.2. Identificação e análise dos fatos | 50 |
| 4.3. Medidas de proteção | 51 |
| 4.4. Identificação dos direitos em jogo | 52 |
| 4.5. Identificação e valoração das provas | 52 |
| 4.6. Identificação e filtro do direito aplicável ao caso concreto ... | 53 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 4.7. Julgamento, argumentação e desconstrução do viés das normas | 54 |
| 4.8. Medidas de proteção e medidas de reparação | 56 |
| 4.9. Cumprimento da decisão | 56 |
| 5. Um guia para o direito previdenciário | 59 |
| 5.1. Benefícios previdenciários mais comuns | 60 |
| 5.2. Dimensão jurídica e econômica da matéria previdenciária | 63 |
| 5.3. Aposentadoria rural e a condição da mulher no campo | 68 |
| 5.3.1. Caracterização do trabalho doméstico e adjacente ao domicílio como atividade em regime de economia familiar | 72 |
| 5.3.2. Desvalorização do trabalho rural feminino | 79 |
| 5.3.3. A constituição de prova quanto ao período de atividade rural | 88 |
| 5.3.4. Dificuldades da mulher em constituir prova para o trabalho rural e alternativas possíveis | 92 |
| 5.4. Aposentadoria urbana e a condição da mulher na cidade | 116 |
| 5.4.1. A dupla-jornada como elemento de desigualdade | 118 |
| 5.4.2. A justiça de um requisito de idade mínima inferior | 130 |
| 5.4.3. O tempo de contribuição como obstáculo | 133 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.5. A dificuldade de comprovação de incapacidade da mulher do lar | 140 |
| 5.6. O benefício previdenciário como uma medida protetiva de urgência | 145 |
| 5.7. Diretrizes para julgamento e valoração da prova previdenciária | 149 |
| 6. Referências | 153 |